RELATÓRIO N°40/2016 - REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto N° 203/2015.

No dia 08 do mês de março de 2016, na sede da Cohab Minas, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos rurais na fazenda Marilândia, no município de Manga-MG

A reunião foi coordenada pela representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Lígia M. Alves Pereira, que iniciou os trabalhos falando dos objetivos da Mesa de Diálogo. Em seguida, houve uma rodada de apresentação. Estavam presentes:

- Aldenir Viana – SEDA
- Ana Cláudia S. Alexandre – DEFENSORIA PÚBLICA
- André Luiz Freitas - UFMG
- Antônio Claret de Sales – ELDORADO EMPREENDIMENTOS
- Antônio E. Assis Tacco - ELDORADO EMPREENDIMENTOS
- Beatriz Cristina – RURALMINAS
- Camila Pereira – RURALMINAS - MESA
- Carmelita Santos – FAZENDA MARILÂNDIA
- Coronel Mendes – PMMG
- Dalva Estela do Nascimento - SEDPAC
- Dep. Rogério Correia – ALMG
- Desemb. Alberto Diniz – TJMG
- Edgar Matheus – COHAB – ESTAGIÁRIO
- Elair Aquino Leite – SEDS
- Elizabet Regina – COHAB
- Felipe Nicolau – ADVOGADO LCP
- Flávia Mota – COHAB
- Gilvania Silveira – CPT
- Glória Consuelo - COHAB – PJU
- Hélcio Martins Borges – COHAB MINAS
- João Carlos Pio de Souza – SEDPAC
- José Ribeiro Gomes – SEDESE
- Leandro Rocha – COHAB – MESA
- Lígia M. Alves Pereira – SEPLAG
- Marco Tulio – RURALMINAS
- Maria de Fátima Martins – UFMG
- Maria Ziláh de Mattos – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
- Marianna Victória – RURALMINAS – MESA
- Marise de Souza Muniz – COHAB – ACS
- Milton Mendes de Araújo – COMITÊ DE APOIO LEP
- Mylene Pereira da Silva – SEDS
- Nardielle Antunes Coelho – SEDRU
- Neila Batista – SEGOV

RELATÓRIO N°40/2016 - REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – Decreto N° 203/2015.

- Raphael Ursino – RURALMINAS - MESA
- Reginaldo Júnior – SEPLAG
- Roberto de Figueiredo – RURALMINAS - MESA
- Rodrigo Mendonça – COHAB – ESTAGIÁRIO
- Rogério Jerônimo da Silva – COHAB
- Romero Wagner do Carmo – SEGOV
- Silvano Pereira - FAZENDA MARILÂNDIA
- Soraya Rodrigues – AGE
- Vagner Luiz dos Reis - COHAB – ACS
- Vandilson Cabral dos Reis – FAZENDA MARILÂNDIA
- Vânia Borel – COHAB MESA
- Verônica Coutinho – CASA CIVIL
- Waldeci Campos de Souza – CONSEA MG
- Wilton Miranda – SEDPAC

OBs.: Os seguintes convidados justificaram a ausência:

-- Dep. Marília Campos (ALMG) - Informou que não estava recebendo os e-mails referentes às reuniões. Marília disse que designou a Sra. Antônia Pueta para lhe representar em sua ausência, foi repassado o e-mail da Sra. Antônia, porém a mesma também não compareceu.

-- Lucas de Alvarenga Gontijo (PUC MINAS) - Alegou que suas ausências decorrem de sua indisponibilidade às terças-feiras, informou ainda que no mês de janeiro estava viajando. Confirmou que já tem um professor designado para substituí-lo. Porém, nenhum representante compareceu.

-- André Luiz Freitas Dias (UFMG) não respondeu.

Antes do início da discussão sobre o conflito em pauta, o representante da Ruralminas na Mesa de Diálogo, Marco Tulio Costa Barbosa, passou a palavra para o assessor técnico da Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG), Waldeci Campos de Souza, para ele esclarecer a situação da comunidade Quilombola de Matias Cardoso.

Waldeci disse que o CONSEA recebeu do Centro de Documentação Eloy Ferreira (CEDEFES) e da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'GOLO), um ofício falando que as cerca de 165 famílias da comunidade estavam passando dificuldade alimentar na região. Diante desse fato, Waldeci disse que o CONSEA entrou em contato com a Fundação Palmares para ver a possibilidade de disponibilizar cestas básicas para a comunidade quilombola. O pedido foi feito na segunda-feira, dia 07 de janeiro de 2016 e até agora não houve resposta.

Em seguida, foi dada a palavra para Maria Ziláh de Mattos, da Comissão Pastoral da Terra, que agradeceu a todos os integrantes da Mesa de Diálogo pelo comprometimento no trabalho em busca da solução dos problemas da sociedade e ressaltou que espera, mais uma vez, que esta reunião possa trazer um desfecho positivo para o impasse. Ela disse que o conflito completou 18 anos em janeiro e de lá para cá foram executadas 11 reintegrações de posse, fazendo com que as famílias perambulassem por seis diferentes lugares dentro da fazenda, inclusive, segundo ela, em áreas que pertencem à União. Zilá disse que por diversas vezes a comunidade se reuniu com o proprietário para tentar resolver o problema e que em 2002 o INCRA fez a vistoria na área, que era totalmente improdutiva, segundo ela. Zilá ressaltou que em 1998, quando as famílias ocuparam o local, já havia 15 anos que as terras eram improdutivas e que a comunidade fez melhorias na terra e ela se regenerou. Ainda segundo ela, atualmente são 84 famílias que vivem em um espaço de 2.200 hectares de terra.

Vandilson Cabral dos Reis, um dos ocupantes, disse que desde criança acompanha o sofrimento e a luta da comunidade para não deixar faltar alimento para as pessoas. Demonstrando estar bastante emocionado, ele disse que já presenciou várias reintegrações de posse e afirmou que o seu povo é formado por camponeses trabalhadores, que tiram daquelas terras o sustento de suas famílias. Em acordo com o colega de ocupação - Vandilson -, Gilvânia Silveira acrescentou que tem sido uma tortura para todos que vivem na área: "*A Carmelita* (ocupante) *teve o barraco incendiado. Não sabemos quem foi, mas dizem que foi um dos gerentes. A situação é conflitante e nosso objetivo hoje é que (*se*) resolva essa situação, pois, a gente teme que possa acontecer algo pior. Isso não é bom para os fazendeiros e nem para os camponeses. Já registramos mais de oito boletins de ocorrência e até hoje ninguém tomou posição sobre esse conflito, fica do jeito que está. Temos cópia dos boletins de ocorrências, temos fotografias e vídeos",* afirmou Gilvânia. Ela disse ainda que chegou um momento em que a polícia nem fazia mais o boletim de ocorrência, tamanha era a frequência das tais ações contra os ocupantes.

Após ouvir o relato da ocupante, o representante da Polícia Militar, Tenente Coronel Mendes, questionou Gilvania se ela possui os registros desses boletins de ocorrência para que se investigue e chegue aos autores dos possíveis atentados contra a comunidade que ali vive.

Aparentemente bastante abalada, a ocupante Carmelita disse que já colocaram fogo em seu barraco quatro vezes e reiterou que os ocupantes estão ali para trabalhar e sustentar os filhos. Carmelita falou que seu filho de onze anos foi ameaçado. Ela clamou por providência e disse que não aguenta mais conviver com essa situação.

O Desembargador Alberto Diniz pontuou que conhece bem a região e também o conflito. Segundo ele, a comarca local é de difícil provimento, em se tratando de nomear os

juízes para trabalhar e que muitas vezes os magistrados são de outra cidade. Ele ressaltou que, partindo dessa premissa, esse emblemático conflito, que já dura 18 anos, se torna complicado de resolver. Ainda segundo o Desembargador, outro fator que contribui para a falta de solução do impasse é o tamanho da área, que é muito grande. O desembargador relembrou que 11 anos atrás ele participou de um acordo com as pessoas à época e delimitaram uma área em que existia plantações. Segundo ele, ficou decidido que após a colheita, os ocupantes deixariam o local, mas não foi isso que aconteceu e o impasse se prolonga por muitos anos. Alberto Diniz salientou a necessidade da participação do INCRA na reunião. Para ele, a autarquia deveria manifestar o interesse ou não nas terras, para depois se chegar a uma medida de solução do conflito. Ele afirmou ainda que o INCRA já deveria ter conversado com o proprietário Thales Dias Chaves.

Antônio E. Assis Tacco, representante do proprietário, concordou com o Desembargador sobre a importância de se fazer um acordo e que essa medida seria boa para as duas partes. Ressaltou também que é o atual dono da fazenda, e não o Thales Dias, como vem sendo citado. *"Quando comprei a fazenda, disseram que havia algumas pessoas* (ocupantes) *mesmo. Disseram que eram 22 pessoas que não moram na propriedade. Eu vi dois barracos de lona, hoje não mora ninguém lá dentro. Tem 200 cabeças de gado produzindo. Se eles* (os ocupantes) *estão falando que tem 84 famílias, tem que se fazer um cadastro. Somos do bem e queremos fazer o acordo, não há necessidade de fazer a reintegração de posse. Sugerimos dar uma área para cada pessoa pegar um pedaço",* concluiu Antônio.

O Desembargador Alberto Diniz ressaltou a importância de levar a negociação para o fórum de Manga. Posteriormente, Antônio Eustáquio, representante da fazenda, disse que tem disposição em resolver o problema.

Nesse diapasão, Alberto Diniz realçou que reforma agraria não é obrigação da empresa e sim do INCRA. Maria Ziláh perguntou se o proprietário ainda é o Thales ou o filho dele. Segundo ela, a ação continua no domínio do Thales. Ziláh disse que na reunião do Comitê da Crise, em Manga, o filho dele estava lá dizendo ser sócio da fazenda.

Alberto Diniz asseverou que pouco importa quem é o proprietário, o que importa é que a empresa quer ceder 60 hectares de terra. Em resposta, Maria Ziláh disse que essa medida acarretaria na criação de uma favela rural à 10km de Manga. Alberto Diniz respondeu: "*Será que a associação dos ocupantes permitirá que isso ocorra?* " Maria Ziláh então retrucou: *"A terra é improdutiva, não serve para agricultura"*.

Wilton Miranda, da SEDPAC - Tim -, disse que primeiro deveria se fazer a visita para conhecer geograficamente o local. Posteriormente ele considerou que existem caminhos legais que impedem o INCRA de fazer a desapropriação. Realçou ao Alberto Diniz que os

ocupantes não estão lutando por alguns hectares de terra. A demanda das famílias, que lutam há 18 anos, é por uma política de reforma agrária, que é obrigação do poder público. Que as famílias sejam agraciadas com uma política agrária e não com distribuição de alguns hectares de terra.

O advogado dos ocupantes, Felipe Nicolau, concorda com a visita de uma equipe da Mesa ao local para se ter a real noção da situação. Felipe destacou a importância de se fazer um requerimento da presença do INCRA. Segundo ele, por mais que a empresa doe uma área para as famílias ficarem, uma intervenção do INCRA é importante.

Após esse diálogo, vieram os **encaminhamentos**:

1. Lígia M. Alves Pereira, da Seplag, se comprometeu, até quinta feira, 10/03/16 estudar a melhor maneira para a equipe da Mesa se deslocar para o município de Manga. Entre os dias 15/03/16 e 17/03/16, a Mesa de Diálogo estará presente no local da fazenda para conhecer a realidade do conflito. Será feito contato com as secretarias que subsidiam os trabalhos da Mesa para se saber a possibilidade da participação destas em providenciar meios de transporte para os representantes da Mesa (preferencialmente aeronaves, em função da distância do município onde se encontra o conflito). O INCRA será convidado a participar da referida atividade

2. O Desembargador Alberto Diniz ponderou sobre a imprescindibilidade de se encaminhar este relatório à defensoria pública, para que a defensora pública Ana Claudia S. Alexandre, representante da defensoria pública na reunião, possa fazer o requerimento da suspenção da liminar em razão da visita da Mesa de Diálogo.